

Rectificação n.º 1728/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 14 063/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 3 de Agosto de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Famata Guiné» deve ler-se «Famata Mané».

24 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1729/2007

Por ter saído inexacta a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 166, de 29 de Agosto de 2007, lista n.º 65/07, despacho n.º 19 502/2007, relativamente à concessão do estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, rectifica-se que onde se lê «Dilson Zambonetti Júnior» deve ler-se «Dilso Zambonetti Júnior».

24 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1730/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 9194/2006 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 167, de 30 de Agosto de 2006), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Kwanza» deve ler-se «Ngunza».

25 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1731/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 10 503/2007 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 11 de Junho de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «26 de Outubro 1926» deve ler-se «26 de Outubro 1929».

25 de Setembro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso n.º 19 050/2007

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 32/2004, de 22 de Julho, foi aplicada à administradora da insolvência Ana Amélia Fernandes Morais Martins Justino Januário a sanção de suspensão do exercício das suas funções, pelo período de um ano, com efeitos de 18 de Setembro de 2007 a 18 de Setembro de 2008.

18 de Setembro de 2007. — O Presidente da Comissão de Avaliação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 019/2007

Ao cessar funções de vice-presidente do Instituto da Água, I. P., cargo para o qual a Dr.ª Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado foi nomeada pelo despacho n.º 9987/2007, de 7 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de Maio de 2007, manifesto o maior apreço pela excelência do trabalho desenvolvido como membro da equipa dirigente do Instituto da Água, I. P., e estou certo que este Ministério poderá continuar a contar com a dispo-

nibilidade, competência, dedicação e zelo com que exerceu aquelas funções, sendo digna do público louvor que aqui se presta.

20 de Setembro de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Despacho n.º 23 020/2007

O Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, definiu o enquadramento legal da estrutura orgânica do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, foram definidas as estruturas de gestão do QCA III e estabelecidas as normas e princípios aplicáveis à estrutura de apoio técnico das diversas intervenções operacionais regionais, cuja natureza é de estrutura de projecto.

Assim, nos termos do n.º 10 do artigo 1.º do anexo III da Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2000, de 16 de Maio, e do n.º 10 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril:

1 — Exonero o licenciado Nuno Augusto de Castro Azevedo Soares de Almeida, técnico superior de 1.ª classe do quadro privativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte), do lugar de chefe de projecto do Eixo Prioritário n.º 3 do Programa Operacional Regional do Norte, por ir assumir funções dirigentes na CCDR Norte.

2 — Nomeio a licenciada em Direito Maria do Rosário de Andrade Azevedo no cargo de chefe de projecto do Eixo Prioritário n.º 3 do Programa Operacional Regional do Norte, cargo equiparado, para efeitos remuneratórios, incluindo o abono das despesas de representação, a director de serviços, com um acréscimo de montante equivalente a 15% do total desses valores, nomeação que se fundamenta na experiência profissional da nomeada e na reconhecida aptidão da mesma para o desempenho das funções inerentes ao respectivo cargo, tal como atesta o respectivo currículo, anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Outubro de 2007.

4 — Fica revogado o meu despacho n.º 21 382/2007, de 30 de Julho, que é substituído por este.

21 de Setembro de 2007. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

ANEXO

Currículo

(resumido)

Identificação — nome — Maria do Rosário de Andrade Azevedo. Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (Porto), concluída em 24 de Julho de 1989, com a classificação final de 16 valores;

Frequência da parte escolar do curso de mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, concluída em 1995;

Frequência do curso de programa de direcção de empresas promovido pela AESE — Escola Superior de Negócios (1999-2000).

Experiência profissional e órgãos sociais:

Em 1989 — admitida como técnica do Departamento Jurídico da Bolsa de Valores do Porto;

Entre 1992 e 2004 (Março) — assume a direcção do Departamento Jurídico da Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A. (anteriormente designada Bolsa de Valores do Porto/Associação da Bolsa de Valores do Porto/Associação da Bolsa de Derivados do Porto, BVLP — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.);

Entre 1992-2002 — secretária da mesa da assembleia geral da Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;

Entre 1998-1999 — administradora da INTERBOLSA — Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S. A.;

Entre 1992 e 1997 — assistente estagiária do Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais;

Entre 2002 e 2003 — head of legal do grupo Euronext;